



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE

ARACAJU, QUINTA 30 e SEXTA-FEIRA 31 DE MAIO DE 2013

Samu: melhorias propostas pelo MPE não são adotadas

Prazo de 30 dias para resolver problemas graves não foi cumprido

Gabriele Frades
DA EQUIPE JC

Na manhã de ontem, quarta-feira, 29, representantes da Fundação Hospitalar de Saúde (FHS), o Sindicato dos Profissionais do Samu (SPS), a Coordenadoria de Vigilância Sanitária (Covisa) e a Defesa Civil Estadual (DCE) se reuniram em audiência no Ministério Público Estadual (MP) para discutir os problemas encontrados pela Covisa nas Centrais de Regulação do Samu. O relatório, apresentado pelo órgão em abril, relatava problemas graves na estrutura e em vários equipamentos do local e que, mesmo com o prazo de 30 dias – estipulado de antemão pelo MP para a realização das adequações –, até a presente data a maioria deles continua sem solução.

Para a gerente de serviços especializados em saúde da Covisa, Isabel Cristina Silva, é preciso agilidade no cumprimento das adequações, pois a vida dos pacientes é posta em risco se essas medidas não são atendidas. “Tivemos a primeira inspeção nos dias 25 e 26 de março, quando apontamos algumas irregularidades e demos um prazo de 30 dias para

retorno. Voltamos para as duas unidades nos dias 22, 23 e 24 de maio e verificamos que algumas das melhorias foram realizadas, mas muito ainda esta pendente. Um dos mais graves é, por exemplo, a reforma de ambientes, ainda não realizada na área de higienização da unidade metropolitana- anexa ao Hospital de Urgência de Sergipe (Huse)”, explica.

Outro grave problema destacado pelas inspeções é a negligência com que os medicamentos são tratados nesses locais, quando as ambulâncias chegam e a realização do treinamento das equipes da Central de Material e Esterilização (CME). “As ambulâncias são estacionadas com os medicamentos dentro dos veículos, que ficam sem o ar-condicionado ligado e podem provocar a inutilização dos remédios ou mesmo a ineficácia deles. O treinamento do pessoal que trabalha no CME também continua pendente, assim como o manual de boas práticas- que já teve uma parte apresentada pela FHS na audiência de hoje-, mas que ainda precisa de adequações. Sendo assim vamos elaborar o nosso segundo relatório e em dez dias ele será apresentado

ao MP, para que se tomem as devidas providências”, relata Isabel.

Já Samanta Bicudo, presidente do SPS, a categoria está desacreditada quanto ao trabalho da FHS, mas espera que desta vez as coisas fluam da melhor maneira possível. “A gente vem um pouco descrente e desestimulada para essas audiências, porque os problemas discutidos aqui não são de agora. Pelo contrário. São problemas críticos, crônicos e a gente já veio para varias audiências, quando são dados prazos que nunca são cumpridos pela FHS. Esperamos que com essa atuação mais eficiente do MP e com a abertura de uma ação esses problemas sejam resolvidos. Os profissionais precisam de condições mínimas para completar sua jornada de trabalho. Espero também que esses relatórios sirvam para balizar esses problemas e promover melhorias”, destaca Samanta.

Já a promotora Euza Misano, responsável pela Promotoria de Saúde do MP, o novo prazo de dez dias foi proposto para que os laudos sejam apresentados e a promotoria possa observar o que foi ou não cumprido- desde

o primeiro relatório enviado no mês de abril. “A Defesa Civil também foi colocada nesses termos por ter feito outra inspeção da unidade da Rua Sergipe e, embora não tenham sido encontradas irregularidades na parte física da unidade, nenhuma vistoria foi feita na central anexa ao Huse. Então, pedimos que eles também apresentassem esse relatório, uma vez que já foi dito pela Covisa que no local há uma área que está sem parede. Outras questões recorrentes que já foram denunciadas pelo MP também foram observadas, por exemplo, ambulâncias paradas com medicação dentro expostas a temperatura ambiente e elevada, que ainda não foram corrigidos. Então vamos aguardar apenas a apresentação desses relatórios técnicos, porque são eles que vão instrumentalizar os procedimentos, pois, se essas irregularidades persistirem, vamos judicializar essa ação e o Estado terá que cumprir as determinações a mando da Justiça”, afirma.

O coordenador do Samu estadual, Saulo Otávio Cruz Sales, preferiu não se manifestar a respeito da decisão.